



**IHM - INVESTIMENTOS HABITACIONAIS
DA MADEIRA, EPERAM**

CADERNO DE ENCARGOS

ABS-C/13/2024

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GPS (SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL)

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	3
1. OBJETO	3
2. CONTRATO	3
3. ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS.....	4
4. GESTOR DE CONTRATO	4
5. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	5
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE	5
6. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE.....	5
7. FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.....	6
8. TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	6
CAPÍTULO III – OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO	7
9. PREÇO BASE DO PROCEDIMENTO.....	7
10. PREÇO CONTRATUAL.....	7
11. FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	8
12. ADIANTAMENTOS.....	8
13. MORA NO PAGAMENTO	9
CAPÍTULO IV - CONDIÇÕES DE MODIFICAÇÃO AO CONTRATO	9
14. DISPOSIÇÃO GERAL.....	9
15. SERVIÇOS COMPLEMENTARES.....	9
16. REVISÃO DE PREÇOS	10
17. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	10
CAPÍTULO V – INCUMPRIMENTO DO CONTRATO	10
18. SANÇÕES CONTRATUAIS	10

19.	RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO CONTRAENTE PÚBLICO	11
20.	FORÇA MAIOR.....	11
21.	RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO COCONTRATANTE.....	12
CAPÍTULO VI – REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....		13
22.	REPRESENTAÇÃO DO COCONTRATANTE	13
23.	REPRESENTAÇÃO DO CONTRAENTE PÚBLICO.....	13
CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS		13
24.	PROTEÇÃO DE DADOS	13
25.	CAUÇÃO.....	14
26.	DEVERES DE COLABORAÇÃO RECÍPROCA E INFORMAÇÃO	14
27.	SIGILO	15
28.	REGIME CONTRAORDENACIONAL.....	15
29.	COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	15
30.	CONTAGEM DOS PRAZOS.....	16
31.	FORO COMPETENTE.....	16
PARECERES PRÉVIOS, LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES.....		17
ANEXO I– CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS		168
ANEXO II– LISTAGEM DAS VIATURAS		20

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. OBJETO

- a)** O presente documento, elaborado pela IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM (IHM), constitui o caderno de encargos do procedimento por ajuste direto do processo «ABS-C/13/2024 - Contratação de Serviços GPS (Sistema de Posicionamento Global)», conforme dispõe o artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M de 14 de agosto nas suas atuais redações, e as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do serviço a contratar, vigentes na legislação portuguesa.
- b)** Este caderno de encargos compreende as cláusulas que definem os aspetos de execução do contrato a celebrar, entre o contraente público IHM (adjudicante) e o cocontratante (adjudicatária), na sequência do procedimento pré-contratual de prestação de serviços, que tem por objeto principal a aquisição da prestação de serviços de GPS (Sistema de Posicionamento Global) das viaturas que compõem a frota da IHM.
- c)** Esta aquisição de serviços encontra-se classificada no vocabulário comum para os Contratos Públicos (CPV), com o código 50111100-7 - Serviços de gestão de frotas de veículos.

2. CONTRATO

- a)** O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
- I.** O suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites, pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - II.** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - III.** O presente caderno de encargos;

- IV.** A proposta adjudicada;
- V.** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
- b)** Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada de acordo com o disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 96.º do CCP.

3. ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

- a)** As dúvidas que o cocontratante tenha na interpretação dos documentos por que se rege o contrato devem ser submetidas ao gestor do contrato antes do início da sua entrada em vigor.
- b)** O incumprimento do disposto no número anterior torna o cocontratante responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

4. GESTOR DE CONTRATO

- a)** O Conselho de Administração da IHM, designa um gestor do contrato a celebrar, a quem compete o desempenho das funções previstas no artigo 290.º-A do CCP e no artigo 8º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, designadamente:
 - I.** Acompanhar a permanente execução do contrato;
 - II.** Detetar possíveis desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, devendo comunica-las de imediato ao Conselho de Administração da IHM, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
 - III.** Verificar, na execução do contrato, a última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou 22, caso o cocontratante tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira, a qual deve ser apresentada até à receção da totalidade dos bens fornecidos, devendo ser apresentados entre a entrega e a receção dos bens objetos do contrato.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- a)** O contrato a celebrar tem a vigência máxima de 36 meses, produzindo os seus efeitos com a publicitação do Relatório de Formação de Contrato, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato;
- b)** É condição de eficácia do contrato a celebrar a sua respetiva publicitação no Portal dos Contratos Públicos (BASE), a ocorrer nos termos do disposto no artigo 127.º do CCP;
- c)** Salvo quando haja lugar a rescisão com fundamento em incumprimento definitivo, o contrato deve cumprir-se nas datas fixadas no presente caderno de encargos.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

6. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE

- a)** Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorre para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - I.** Obrigação de prestar os serviços nos termos por si propostos e em cumprimento do previsto no presente caderno de encargos;
 - II.** Manutenção da validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade;
 - III.** O pagamento de quaisquer encargos relativos à execução do contrato e que, nos termos do presente caderno de encargos, não sejam da responsabilidade do contraente público;
 - IV.** Obrigação de se responsabilizar por todos os danos causados ao contraente público relativos à prestação do serviço objeto do presente caderno de encargos e que resultem da ação ou omissão do(s) seu(s) profissional(ais);
 - V.** Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, ao contraente público os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do

serviço objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com o contraente público;

- VI.** Não alterar as condições de prestação do serviço fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
 - VII.** Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação do serviço, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - VIII.** Comunicar ao contraente público qualquer fato que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação do serviço, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- b)** A título acessório, o cocontratante fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à disponibilização dos bens, bem como ao estabelecimento dos meios necessários à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- c)** O contrato apenas se considera totalmente executado e integralmente cumprido, após o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas na alínea anterior.

7. FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

As atividades a realizar no âmbito da presente prestação de serviços deverão observar o estipulado no título contratual e em todos os documentos que dele fazem parte integrante, na legislação portuguesa em vigor, salvo no que for expressamente alterado por este caderno de encargos.

8. TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- a)** O cocontratante deve providenciar, em tempo útil, a celebração de contratos de trabalho, com os trabalhadores afetos à execução do presente objeto contratual, em conformidade com o previsto no artigo 419.º - A do CCP.

- b)** O não cumprimento da obrigação de contratação de trabalhadores de acordo com o disposto no número anterior, constitui uma contraordenação muito grave, punível com uma coima de € 7 500,00 a € 44 800,00, nos termos da alínea f) do artigo 456.º do mesmo código.

CAPÍTULO III – OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

9. Preço base do procedimento

- a)** O preço base é fixado no valor de € 8 500,00 (oito mil e quinhentos euros) acrescidos de IVA, à taxa legal em vigor;
- b)** Entende-se por preço base o preço máximo que contraente se dispõe a pagar pela execução do contrato a celebrar não devendo este ser superior na fase de execução do contrato a celebrar.
- c)** A fixação do preço base referido na alínea a) da presente cláusula é fundamentada em critérios objetivos, obtidos pela Entidade Adjudicante, na sequência dos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo, levados a cabo pela IHM, EPERAM, nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 47.º do CCP.
- d)** O adjudicatário fica obrigado a garantir e manter as suas condições propostas, nomeadamente, os preços, prazos, condições de pagamento e demais condições apresentadas até ao final do contrato.

10. PREÇO CONTRATUAL

- a)** Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a contraente deve pagar à cocontratante até ao limite máximo mencionado no ponto anterior, a acrescer o IVA à taxa legal aplicável;
- b)** O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

11. FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- a)** A faturação será efetuada mensalmente, por referência ao período mensal anterior, de acordo com os serviços contratualizados, conforme condições estipuladas nas alíneas a) e b) da cláusula 9.^a deste caderno de encargos.
- b)** O pagamento das quantias devidas pelo contraente público, nos termos do número anterior, são efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a apresentação da respetiva fatura, que corresponderá à data do correspondente registo de entrada;
- c)** As faturas são emitidas nos termos do previsto na alínea a).
- d)** Nas faturas ou documentos equivalentes, não deverá ser feita qualquer menção à data de vencimento, mas, sim, ao prazo de vencimento mencionado no número anterior.
- e)** As faturas devem ser emitidas em formato eletrónico através da plataforma de faturação eletrónica *iLink*, conforme os termos do artigo 299.º-B do CCP, sob pena de devolução.
- f)** Em caso de discordância por parte da contraente quanto aos valores indicados nas faturas, deverá esta comunicar à cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- g)** Desde que devidamente emitidas as faturas e observado o disposto no presente caderno de encargos, os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

12. ADIANTAMENTOS

Salvo o disposto na parte final do n.º 4 do artigo 292.º do CCP, não se prevê qualquer adiantamento de parte do preço a pagar pelo contraente público ao cocontratante.

13. MORA NO PAGAMENTO

Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o cocontratante/fornecedor direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

CAPÍTULO IV - CONDIÇÕES DE MODIFICAÇÃO AO CONTRATO

14. DISPOSIÇÃO GERAL

- a)** Sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes, é aplicável à modificação objetiva do contrato em apreço (no que toca, em especial, à fonte, aos fundamentos, aos limites e respetivas consequências), o disposto nos artigos 311.º e seguintes do CCP;
- b)** Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente capítulo, é aplicável o disposto no CCP.

15. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

- a)** O contraente público pode ordenar a prestação de serviços complementares, nos termos e desde que preenchidos os requisitos previstos no n.º 2 e no n.º 3 do artigo 370.º, conforme resulta do disposto no artigo 454.º, ambos do CCP.
- b)** O cocontratante tem a obrigação de prestar os serviços complementares que lhe sejam ordenados pelo contraente público, nos termos do disposto no artigo 371.º, conforme resulta do disposto no artigo 454.º, ambos do CCP.
- c)** A responsabilidade pelos serviços complementares é determinada nos termos do disposto no artigo 378.º, conforme resulta do disposto no artigo 454.º, ambos do CCP.
- d)** Aos serviços complementares aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 370.º a 381.º, todos do CCP, por força do disposto no n.º 1 do artigo 454.º do mesmo diploma.

16. REVISÃO DE PREÇOS

Não há lugar a revisão de preços.

17. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

Não é admitida a cessão da posição contratual.

CAPÍTULO V – INCUMPRIMENTO DO CONTRATO

18. SANÇÕES CONTRATUAIS

Pelo incumprimento imputável ao cocontratante, nomeadamente por mora ou incumprimento definitivo, de qualquer das obrigações emergentes do contrato o contraente público pode exigir do cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar de acordo com o seguinte:

- a)** Em caso de mora, por cada dia de atraso no cumprimento do prazo referido na cláusula 5.^a ou na regularização de qualquer outra causa que obste ao exato cumprimento das obrigações contratuais, a sanção será de até 2% do preço contratual inicial;
- b)** Em caso de incumprimento definitivo, a sanção aplicada será de até 5% do preço contratual inicial;
- c)** A aplicação das sanções contratuais será efetuada respeitando os limites e cumprindo as formalidades previstas na legislação aplicável, nomeadamente o disposto no artigo 329.º do CCP;
- d)** Na determinação da imputabilidade do incumprimento, para efeitos de concretização do valor da sanção aplicável, o contraente público tem em conta, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento;
- e)** O contraente público pode deduzir nos pagamentos devidos ao abrigo do contrato os valores das sanções contratuais aplicadas;

- f)** A aplicação das sanções contratuais nos termos previstos nos números anteriores não obsta ao poder de resolução pelo contraente público, nem à aplicação das disposições relativas à indemnização por mora e incumprimento definitivo nos termos gerais de direito.

19. RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO CONTRAENTE PÚBLICO

- a)** À resolução do contrato pelo contraente público aplica-se, em especial, o disposto no artigo 448.º, bem como o disposto nos artigos 330.º e ss., todos do CCP;
- b)** Considerando o estabelecido no artigo 325.º do CCP, e sem prejuízo do disposto no número anterior, o contraente público pode resolver o contrato, total ou parcialmente, por incumprimento definitivo quando, após a notificação para cumprir, o cocontratante não proceda à entrega dos bens ou não proceda à regularização de qualquer outra causa que obste ao exato e cumprimento das obrigações contratuais, no prazo que razoavelmente lhe for fixado para o efeito;
- c)** O direito de resolução referido no número anterior exerce-se unilateralmente e deve ser comunicado por escrito ao cocontratante, e não obsta à aplicação das sanções contratuais previstas no presente caderno de encargos nem à aplicação das disposições relativas à indemnização por mora e incumprimento definitivo nos termos gerais de direito.

20. FORÇA MAIOR

- a)** Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data de celebração do contrato e cujo os efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.

- b)** Podem constituir força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- c)** Não constituem força maior, nomeadamente:
 - I.** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - II.** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - III.** Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultante do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou de ónus que sobre ele recaiam;
 - IV.** Manifestações populares devidas ao incumprimento do adjudicatário de normas legais;
 - V.** Incêndios ou inundações nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou incumprimento de normas de segurança;
 - VI.** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - VII.** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- d)** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente consubstanciada à outra parte.
- e)** A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

21. RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO COCONTRATANTE

- a)** O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos na lei.
- b)** O direito de resolução é exercido por via judicial.

- c) A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO VI – REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

22. REPRESENTAÇÃO DO COCONTRATANTE

A execução do contrato será acompanhada, por parte do cocontratante, por quem este identificar no contrato.

23. REPRESENTAÇÃO DO CONTRAENTE PÚBLICO

- a) A execução do contrato será acompanhada, por parte do contraente público pelo gestor do contrato designado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP;
- b) Durante os períodos em que se encontre ausente ou impedido, o gestor do contrato é substituído pela pessoa que for designada pela contraente público para o efeito, devendo, a designação do substituto ser comunicada, por escrito, ao adjudicatário/cocontratante (esta comunicação deve ser anexa ao correspondente clausulado contratual).

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

24. PROTEÇÃO DE DADOS

- a) O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, toda e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela contraente ou de que tenha conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele, cumprindo e fazendo cumprir com o Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (EU)2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, e da Lei n.º 58/2019 de 08 de agosto.

- b)** Os dados pessoais a que o cocontratante tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente ao abrigo do contrato devem ser tratados em estrita observância das instruções desta.
- c)** O cocontratante compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela contraente ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito.
- d)** O cocontratante é responsável por qualquer prejuízo em que a contraente venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação de normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
- e)** Entende-se por colaborador toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao cocontratante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o referido cocontratante e o referido colaborador.

25. CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

26. DEVERES DE COLABORAÇÃO RECÍPROCA E INFORMAÇÃO

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no que toca à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

27. SIGILO

- a)** O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;
- b)** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;
- c)** Excluem-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

28. REGIME CONTRAORDENACIONAL

Para além das sanções por incumprimento contratual previstas no presente caderno de encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no artigo 456.º, contraordenações graves as previstas no artigo 457.º, ambas do CCP.

29. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- a)** As notificações dos atos no âmbito da execução do contrato são efetuadas nos termos do disposto no artigo 467.º do CCP, preferencialmente, através de correio eletrónico, para o endereço que for indicado no contrato;
- b)** As comunicações entre as partes no âmbito da execução do contrato são efetuadas nos termos do disposto no artigo 468.º do CCP, preferencialmente, através de correio eletrónico, para os endereços que forem indicados no contrato;
- c)** As notificações/comunicações que sejam realizadas por via postal, serão efetuadas para o endereço postal que for indicado no contrato;
- d)** Qualquer alteração dos endereços constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

30. CONTAGEM DOS PRAZOS

Na fase de execução do contrato os prazos contam-se de acordo com as regras previstas no artigo 471.º do CCP.

31. FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes da execução do contrato as partes recorrerão ao tribunal administrativo competente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO PEDRO SOUSA

PARECERES PRÉVIOS, LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES

PARECERES PRÉVIOS, LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES QUE POSSAM CONDICIONAR O PROCEDIMENTO E/OU A EXECUÇÃO DO CONTRATO

Em função do objeto do contrato, foi obtida a autorização prévia do membro do Governo responsável pela área das finanças, mediante parecer prévio da Direção Regional de Informática (DRI), em cumprimento do disposto nos artigos 20.º e 23.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2024/M, de 11 de setembro, e no ponto X da Circular n.º 1/ORÇ/2023, de 3 de janeiro.

Anexos

Anexo I – Especificações Técnicas

Disponibilização dos dispositivos de geolocalização com a instalação por técnicos especializados para o efeito;

Manutenção dos sistemas e softwares nas suas versões mais recentes, quer por motivos de segurança quer por motivos de garantia do seu correto funcionamento;

Comunicações GSM/GPRS, alojamento e processamento de dados, com serviço mensal;

Licença Base sem limite de utilizadores do software de gestão com:

- ✓ Acesso web multiutilizador com definição de perfil de utilizador e/ou administrador;
- ✓ Possibilidade de visualização online de toda a frota em grande ecrã;
- ✓ Barra de feeds de notícias, barra de alertas e comunicados internos, tudo customizável;
- ✓ Localização online trinta em trinta segundos das viaturas, 24 horas por dia, 7 dias por semana no computador e/ou smartphone;
- ✓ Aplicações gratuitas para smartphone na Play Store e App Store, com acesso a utilizadores e/ou administradores;
- ✓ Localização em mapa Google de várias viaturas em simultâneo, com indicação do estado de cada veículo (encontra-se ligado, em relanti ou desligado), a velocidade instantânea, o condutor, entre outras informações úteis;
- ✓ Visualização dos trajetos efetuados com detalhe de velocidade de atualização de trinta em trinta segundos;
- ✓ Visualização dos trajetos efetuados de um n.º ilimitado de viaturas em simultâneo para comparar/cruzamento de rotas;
- ✓ Histórico dos dados de pelo menos um ano e meio para consulta e gestão;
- ✓ Criação de diversos relatórios para a análise da atividade da frota (em diversos formatos, tais como, PDF, Excel, etc);
- ✓ Possibilidade de configurar várias formas de envio automático e programado de relatórios por email, por dia, semana ou mês;
- ✓ Criação de áreas no mapa (por exemplo: obras, bombas de gasolina) em diversos tamanhos e formatos, com possibilidade de configuração de alertas de entrada e saída da área ou grupo de áreas e relatórios com essa informação;
- ✓ Criação de Marcos (pontos de interesse) no mapa (por exemplo: gabinetes/oficinas nos bairros) e relatórios de passagem por esses marcos/criação de roteiros;
- ✓ Importação de Marcos através de ficheiros XLS (Excel), com informação de nome do marco/abreviatura, morada, pessoas de contacto, telefones, emails, fotografia, imagem *street view*, logotipo, etc;
- ✓ Exportação de listagem de Marcos em formato PDF e Excel;

- ✓ Consola de alertas. Configuração de alertas automáticos ou manuais (revisões, seguros, financiamento, etc.) com a possibilidade de criação de lembranças;
- ✓ Várias configurações possíveis de envio automático de alertas por email ou SMS;
- ✓ Localização por proximidade de área, marco ou morada conforme preferência de pesquisa do utilizador;
- ✓ Tabela de veículos, com campos predefinidos e campos personalizáveis para preenchimento de todos os dados dos veículos, (por exemplo: seguros, financiamento, horário autorizado de utilização, limites de velocidade, condutor, etc);
- ✓ Tabela de condutores, com campos predefinidos e campos personalizáveis para preenchimento de todos os dados dos condutores (por exemplo: contactos, documentos, carta de condução e habilitações especiais, etc).

Módulo de despesas com:

- ✓ Lançamento manual por tipo de despesa (por exemplo: abastecimentos, manutenções, etc);
- ✓ Exportação por tipo de despesa através de ficheiros XLS (Excel), (combustível, etc.);
- ✓ Relatórios de despesas lançadas, de abastecimento, entre outros.

Módulo de Gestor de Tarefas com:

- ✓ Possibilidade de agendamento, gestão e envio de tarefas aos condutores;
- ✓ Obtenção de recomendações inteligentes baseadas na agenda do condutor ou na localização do veículo;
- ✓ Monitorização em tempo real das tarefas;
- ✓ Notificações inteligentes (como por exemplo: atrasos e/ou tarefas não lidas pelo técnico);
- ✓ Histórico e relatórios de tarefas;
- ✓ Importação de contactos e de tarefas;
- ✓ Visualização do condutor técnico e respetiva tarefa no mapa;
- ✓ Visualização pelo condutor das tarefas que lhe são atribuídas, com possibilidade de filtrar pelas tarefas não concluídas, do dia, futuras/próximas tarefas, etc;
- ✓ Validação de serviços por parte do condutor e possibilidade de atualização do estado da tarefa.

Kit identificador do condutor com:

- ✓ Chave de identificação por condutor de tamanho reduzido e extremamente robusta;
- ✓ Sinais sonoros no veículo de forma a obrigar a identificação;
- ✓ Que possibilite a utilização de veículos por vários condutores;
- ✓ Relatório de utilização dos veículos com filtro por condutor e por veículo, entre outros com dados sobre relanti, excessos de velocidade, travagens e viragens bruscas, entre outros.

Anexo II – Listagem de viaturas

Matrícula	Marca	Ano	Modelo	Quadro	CC	Combustível
01-AZ-29	HYUNDAI	2005	TB (GETZ)	KMHBT51W P5U283922	1493	Gasóleo
AN-41-JN	Mitsubishi	2022	L200 4WD	MMCCJKL6 ONH014768	2268	Gasóleo
01-AZ-30	HYUNDAI	2005	GETZ	KMHBT51W P5U300886	1943	Gasóleo
01-AZ-44	HYUNDAI	2005	GETZ VAN 3	KMHBT31W PSU109856	1493	Gasóleo
01-AZ-45	HYUNDAI	2005	GETZ	KMHBT31W PSU109857	1943	Gasóleo
42-24-UO	NISSAN	2003	XTRAIL VAR	JN1TENT30 U0018017	2184	Gasóleo
75-55-LZ	VOLKSWAGEN	1998	GOLF (1J)	WVWZZZ1J ZXB067401	1896	Gasóleo
AN-43-JN	Mitsubishi	2022	L200 2WD	MMCJJKK60 NH011585	2268	Gasóleo
16-16-LR	VOLKSWAGEN	1998	GOLF (1J)	WVWZZZ1JZ XW153878	2494	Gasóleo
44-GJ-14	SKODA	2008	OCTAVIA 2,0	TMBBE61Z3 8C008291	1968	Gasóleo
58-VI-90	HYUNDAI	2018	I20 GL CRDi	NLHB251PA JZ461139	1120	Gasóleo
59-VI-05	HYUNDAI	2018	I20 GL CRDi	NLHB251PA JZ461104	1120	Gasóleo
59-VI-10	HYUNDAI	2018	I20 GL CRDi	NLHB251PA JZ461109	1120	Gasóleo
AE-37-QH	CITROEN	2020	NOVO C3 1.5 BlueDi 100 SeS CVM Shine	VF7SXYHYP LT629890	1499	Gasóleo
AE-41-QH	CITROEN	2020	NOVO C3 1.5 BlueDi 100 SeS CVM Shine	VF7SXYHYP LT629877	1499	Gasóleo

AE-11-QH	CITROEN	2020	NOVO C3 1.5 BlueDi 100 SeS CVM Shine	VF7SXYHYP LT629878	1499	Gasóleo
AE-16-QH	CITROEN	2020	NOVO C3 1.5 BlueDi 100 SeS CVM Shine	VF7SXYHYP LT629876	1499	Gasóleo
AF-78-FF	FUSO	2021	CANTER TF1 FEB01C 3C157C5S	TYBFEB01C LDC08346	2998	Gasóleo
AF-72-RN	CITROEN	2021	Spacetourer XL 1.5 VBlueHDi 120 SeS CVM6 Business	VF7VAYHVK L7046076	1499	Gasóleo
AF-89-RN	CITROEN	2021	Spacetourer XL 1.5 VBlueHDi 120 SeS CVM6 Business	VF7VAYHVK K7019517	1499	Gasóleo
AN-34-DQ	Hyundai	2021	BAYON 1.0- GDI Premium MY21	NLHBN81G ANZ117768	998	Gasolina